

NARLIS



SITUAÇÃO POLÍTICA - Algumas questões para uma estratégia.

A Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo tem-se caracterizado por uma grande capacidade de iniciativa política.

Pela personalidade da Candidata, pelo seu estilo de intervenção político-cultural, pelo posicionamento suprapartidário e discurso inovador, esta Candidatura tem desenvolvido um curso vincadamente autónomo de posicionamento para as próximas eleições Presidenciais. A Candidatura não se tem deixado envolver pelas conjunturas e querelas político-partidárias; pelo contrário, tem claramente condicionado muitos dos dados do quadro das próximas eleições Presidenciais (por ex: candidatura independente, valorização da função presidencial, área Eanista, etc.).

Contudo, a estratégia e a programação da Candidatura têm-se desenvolvido numa perspectiva de calendário eleitoral que agora surge alterado com a recente decisão da dissolução da A.R. e a realização de eleições legislativas antecipadas provavelmente em inícios de Outubro, obrigando ao protelamento das Presidenciais para Janeiro (previstas anteriormente para Novembro).

Este facto induz uma situação que exige adequada ponderação no sentido do equacionamento das acções e de eventuais ajustamentos de estratégia no sentido do reforço da Candidatura Pintasilgo, da preservação da sua natureza suprapartidária e da capacidade de iniciativa.

As implicações sobre a candidatura desta nova situação poderão equacionar-se a dois níveis: quadro político e ritmo da pré-campanha.

Em termos de quadro político, consideramos precipitado (e relevo do domínio da futurologia) afirmar-se que as legislativas antecipadas irão prejudicar a Candidatura Pintasilgo. Tal poderá acontecer se um dos projectos Presidenciais partidários conseguir nas próximas legislativas uma dinâmica vencedora. Mas o inverso também é verdade: se as próximas legislativas não alterarem substancialmente, o quadro político-partidário, resultando numa debilitação dos maiores partidos e na continuação do impasse governativo quanto a maiorias coerentes e eficazes, então a Candidatura Pintasilgo, o seu projecto e referencial reforçar-se-ão.

Neste ponto, todos os juízos são prematuros e especulativos.

Já no que se refere ao ritmo e "timings" da Campanha, correm-se alguns riscos (transitórios ou definitivos) de desmobilização se não forem implementadas acções que os evitem. Uma certa "desfocagem" das Presidenciais provocada pela interposição das legislativas, o atentismo nos respectivos resultados, o empenhamento de militantes partidários que trabalham na Candidatura em conjugação com a época estival (a que temos direito!) impõem a definição de uma adequada estratégia de "com



penção" através de iniciativas que reforcem política e organizativamente a Candidatura.

Duas questões fundamentais se colocam no equacionamento dessa estratégia:

- quais as acções a desencadear e a programação da Campanha a implementar para reforçar a "presença" da Candidatura?
- qual o posicionamento da Candidatura face às legislativas?

Relativamente à primeira questão foi decidido não só manter a apresentação formal da Candidatura para finais de Julho (dia 27) como reforçar substancialmente este acto.

Nesta decisão pesou, fundamentalmente:

1. O Movimento de apoio à Candidatura está neste momento a atravessar uma fase decisiva - ou dá um salto qualificativo em termos programáticos de definição de objectivos e de organização, ou corre o risco de ficar bloqueado, de entrar em derrapagens, perder élan e sofrer desmobilização. O adiamento da formalização da Candidatura poderia ter como consequência o enfraquecimento da actividade dos Núcleos e a desmobilização (temporária?) de companheiros. Por outro lado, retirando condições para a criação de Núcleos locais onde ainda não existem.

2. Muitos simpatizantes e admiradores da Enga. Maria de Lourdes Pintasilgo não aderiram ao Movimento de Apoio por temerem, de algum modo, que a candidatura não seja ainda um dado político adquirido e de natureza irreversível.

Diversas pessoas e sectores evitam comprometer-se activamente com a Candidatura enquanto esta não for publicamente formalizada e não tiver um conteúdo político-programático bem definido.

3. Nenhuma candidatura à Presidência da República que se pretenda credível e, por isso, forte, pode permitir-se "flutuar" ao sabor dos ventos da instabilidade política, transmitindo aos seus potenciais eleitores uma imagem de indecisão e de perturbação. Muito menos a candidatura Pintasilgo, caracterizada pela sua forte autonomia e firmeza nas suas decisões e convicções. E é precisamente nos momentos de confusão e perplexidade que se impõe afirmar uma vontade política forte, apontar o rumo do desbloqueamento da sociedade portuguesa e a singularidade da independência com que prossegue esse objectivo patriótico.

(Para a opinião pública não são transparentes as razões das le -

gislativas antecipadas e não existe convicção que algo alterem quanto à instabilidade governativa que se tem vivido).

4. Passar, na presente conjuntura, de uma dinâmica de progressiva afirmação para uma postura defensiva, equivaleria a minimizar perante a opinião pública a importância decisiva da eleição presidencial, colocando-a a reboque e na dependência do resultado das legislativas. O que iria contrariar o que esta Candidatura até agora tem afirmado, de forma incisiva, sobre a importância primordial das Presidenciais e apoiar as teses dos que nos têm atacado com pretextos de irrealismo e prematuridade da nossa acção.

5. Em suma: são afirmando e promovendo a Candidatura (tornada irreversível) e o projecto de revitalização da sociedade portuguesa que o anima será possível reforçar o movimento que a apoia e alargar o espaço social e político ao qual se dirige.

6. Contudo, quanto a nós, a apresentação formal da Candidatura no próximo dia 27 só surtirá os efeitos desejados se garantir:

- a apresentação dos princípios programáticos de forma sistematizada ainda que, nesta fase, necessariamente genéricos;
- a consecussão de passos de natureza político-organizativa como:
 - designação de mandatários (nacional e a maioria dos distritais) e do coordenador-geral da Campanha;
 - medidas de reforço dos sectores que se têm demonstrado eficazes e reestruturação dos que não têm cumprido os objectivos e não demonstram a indispensável operacionalidade;
- reunião nacional de representantes de Núcleos.

Relativamente à segunda questão -posicionamento perante as legislativas- parece-nos desde já que a preservação da natureza independente e autónoma da Candidatura deverá constituir um princípio inalienável. É contudo uma questão a analisar ponderadamente nos próximos tempos.

